

★ continuação		CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A. (Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10			
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)					
f) Redução ao valor recuperável (impairment) Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação das demonstrações contábeis para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa - UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo. Para fins de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC). A Administração da Companhia não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.				(ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. (iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo “ <i>International Accounting Standards Board</i> - IASB”, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC, de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs. A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações contábeis nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.	
g) Benefícios a empregados Benefícios de término de vínculo empregatício Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes. Benefícios de curto prazo a empregados Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado é prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. Benefícios pós-emprego Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos. A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 21.				4. Determinação do Valor Justo Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para fins de mensuração e/ou divulgação, com base no método a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Contratos de swaps de taxas de juros O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados com base nas condições e no vencimento de cada contrato e utilizando-se de taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data da mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.	
5. Gerenciamento do Risco Financeiro Gestão de capital Embora a Companhia venha apresentando uma geração de prejuízos acumulados, a política da Administração do Grupo Santos Brasil é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado, bem como o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital e o nível de dividendos para acionistas, procurando manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito de custo médio ponderado de capital (<i>Weighted Average Cost of Capital</i> - WACC). A dívida em relação ao capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está apresentada a seguir:					
		31/12/2014	31/12/2013		
Total do passivo		27.920	20.669		
(-) Caixa e equivalentes de caixa		(55)	(182)		
Dívida líquida		<u>27.865</u>	<u>20.487</u>		
Total do patrimônio líquido		8.364	15.435		
Relação dívida líquida sobre capital		3,33154	1,32731		
Os demais riscos, ou seja, os riscos de crédito, de liquidez e de mercado, estão apresentados na nota explicativa nº 22.					
6. Transações com Partes Relacionadas a) Contrato de mútuo					
		31/12/2014	31/12/2013		
Passivo circulante:					
Santos Brasil Participações S.A.		<u>5.951</u>	<u>-</u>		
Representa o contrato firmado em 27 de março de 2014, que tem por objetivo o financiamento do capital de giro, remunerado à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente à mesma rentabilidade da aplicação financeira que era mantida pela credora.					
b) Contas-correntes Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia tinha registrado como outras contas a pagar valores referentes ao rateio de despesas com serviços administrativos compartilhados.					
		31/12/2014	31/12/2013		
Passivo circulante:					
Santos Brasil Participações S.A.		<u>82</u>	<u>98</u>		
c) Remuneração do pessoal-chave A remuneração do pessoal-chave da Diretoria compreende benefícios de curto prazo de R\$69 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$138 em 31 de dezembro de 2013). Nos valores da diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.					
d) Benefícios a colaboradores A Companhia fornece a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, seguro de vida, assistência médica, cesta básica e vale-refeição. Em 31 de dezembro de 2014, esses benefícios representaram a aplicação de R\$2.425 (R\$1.716 em 31 de dezembro de 2013), correspondentes a 6,76% e 5,98%, respectivamente, de sua receita operacional líquida.					
e) Controladores A controladora da Companhia é a Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações que representam o seu capital social. A controladora final é a Santos Brasil Participações S.A..					
		31/12/2014	31/12/2013		
Caixa e saldo em bancos		<u>55</u>	<u>182</u>		
8. Contas a Receber de Clientes					
		31/12/2014	31/12/2013		
Circulante:					
No País		4.867	3.953		
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		<u>(53)</u>	<u>(450)</u>		
Total		<u>4.814</u>	<u>3.503</u>		
O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:					
		31/12/2014	31/12/2013		
Créditos a vencer		1.789	1.608		
Créditos em atraso até 60 dias		2.167	1.506		
Créditos em atraso de 61 a 90 dias		71	7		
Créditos em atraso de 91 a 180 dias		409	473		
Créditos em atraso de 181 a 360 dias		286	78		
Créditos em atraso há mais de 361 dias		<u>145</u>	<u>281</u>		
Total		<u>4.867</u>	<u>3.953</u>		
continua →★					
(i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014.					